
Stáline e a questão do «socialismo de mercado» na URSS após a II Guerra Mundial

Vijay Singh¹

Este seminário Internacional, «Stáline Hoje», tem lugar em Moscovo no momento em se assinala o 77.º aniversário da Revolução de Outubro, depois da desintegração final da União Soviética e quando a classe operária dos Estados que se surgiram sobre as suas ruínas está a dar os primeiros passos contra o renovado domínio do capital. Terá Stáline qualquer coisa a dizer-nos a propósito destes acontecimentos? Neste trabalho consideramos que a sua última obra maior, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, é o ponto central de partida para examinar «as reformas de mercado» que foram introduzidas depois de 1953 e para chegar a uma conclusão quanto ao seu carácter económico e político.

Qual era o contexto das discussões económicas?

O PCU(b) considerava que os alicerces da sociedade socialista tinham sido lançadas no essencial em 1935. O XVIII Congresso do partido considerou que a transição para a sociedade comunista era a via para o desenvolvimento ulterior do país. Foi constituída uma comissão para redigir o projecto do novo programa do partido e, em 1941, o Comité Estatal de Planificação (*Gosplan*) foi chamado a elaborar um programa de desenvolvimento económico para 15 anos destinado a lançar as alicerces da sociedade comunista. Esta projecto foi interrompido pela invasão nazi mas foi retomado imediatamente no período pós-guerra.

Em 1947, na Conferência dos Nove Partidos do *Bureau* de Informação, Malenkov afirmou que o partido «*estava a preparar o novo programa do PCU(b). O actual programa do PCU(b) está claramente ultrapassado e tem de ser substituído por um novo*».² A tarefa foi reiterada no XIX Congresso do partido em 1952.

¹ Vijay Singh é um dos editores da revista teórica e política marxista-leninista *Revolutionary Democracy*, publicada na Índia desde 1995, com duas edições anuais, que estão disponíveis no seu site. O presente artigo foi apresentado no Seminário Internacional «Stáline Hoje», realizado na Universidade Estatal de Moscovo nos dias 5 e 6 de Novembro de 1994 e publicado em *Revolutionary Democracy* Vol. I, No. 1, Abril de 1995. (N. Ed.).

² Malenkov, G.M. «The Activities of the C.C. of the C.P.S.U. (B)» in *For a Lasting Peace, For a People's Democracy*, Bombaim, 1948, p. 79.

Neste mesmo sentido, ao apresentar o Relatório sobre o Quinto Plano Quinquenal ao Soviete Supremo, em 1946, N.A. Voznessénski³ lembrou a tarefa que lhe fora confiada em 1941. Segundo disse, o plano «*visa concluir a construção de uma sociedade socialista sem classes e a transição gradual do socialismo para o comunismo. Visa a realização da tarefa económica básica da URSS, nomeadamente alcançar e ultrapassar economicamente os principais países capitalistas, no que respeita ao volume da produção industrial por habitante*».⁴

Stáline concordava com esta visão programática como é patente na sua resposta a uma pergunta do correspondente britânico sobre se considerava possível construir «*o comunismo num só país*». Stáline respondeu que era «*perfeitamente possível, em particular num país como a União Soviética*».⁵

O combate aos desvios ideológicos

Nos *Problemas Económicos*, a crítica de Stáline ao economista do Gosplan, L.D. Iarochenko, mostra que no período pós-guerra persistiam resquícios consideráveis dos pontos de vista de Bogdánov. Iarochenko não representava um ponto de vista isolado. Iúdice⁶ considerou que havia uma verdadeira ameaça entre os quadros científicos, uma «Iarochenkovisse», que se caracterizava por um retorno recidivo ao trotskismo-bukharinismo-bogdanovismo. Recorde-se que Bogdánov tinha sido um autor de influentes compêndios de economia política pré-revolucionários. Na filosofia adoptou os pontos de vista de Mach e de Avenarius, que motivaram a resposta de Lénine no *Materialismo e Empirio-criticismo*. Em 1917 defendeu posições quase mencheviques alegando que não existiam condições materiais na Rússia para a revolução socialista. No campo da cultura pugnou por uma «*cultura proletária pura*» que negava a herança pré-revolucionária. No último período da sua vida desenvolveu a «*ciência*

³ **Voznessénski**, Nicolai Alekséievitch (1903-50), membro do partido desde 1919, do CC (1939-49), do *Polítburo* entre 1947-49 (candidato desde 1941). Presidente do Gosplan (1938-41 e 1942-49), primeiro vice-presidente do Conselho de Comissários do Povo da URSS (1941-46) e vice-presidente do Conselho de Ministros (1946-49). Expulso do Partido e destituído de todos os cargos em 1949, é julgado no «Processo de Leningrado» e condenado a fuzilamento pelo Colégio Militar do Tribunal Supremo da URSS em Setembro de 1950.

⁴ Voznesensky, N., «Five-Year Plan for the Rehabilitation and Development of the National Economy of the U.S.S.R. 1946-1950», *Soviet News*, Londres, 1946, p.10.

⁵ Stalin, J., «On Post-War International Relations», *Soviet News*, London, 1947, p. 13 [«Respostas às perguntas do correspondente do *Sunday Times* em Moscovo, ao Sr. A. Werth, recebidas em 17 de Setembro de 1946», I.V. Stáline, *Obras* (em russo) t. 16, p. 39. (O jornalista e escritor Alexander **Werth** (1901-1969) nasceu na Rússia e veio a naturalizar-se britânico, após a sua família ter emigrado na sequência da Revolução de Outubro. Foi correspondente em Moscovo da *BBC* e do *Sunday Times* entre 1946 e 1949. O seu filho, Nicolas Werth, é um conhecido historiador francês, especializado em história da URSS.) (N. Ed.)]

⁶ **Iúdice**, Pável Fiódorovitch (1899-1968), membro do partido desde 1918, membro do CC (1952-1961), candidato do *Presidium* do CC (1952-53). Professor de Filosofia, trabalhou no departamento de imprensa do CC (1934-37) e como director da União das Editoras Livreas e de Imprensa Estatais (1937-47). Foi em simultâneo director do Instituto de Filosofia da Academia das Ciências da URSS (1939-44). No pós-guerra foi adjunto do comissário supremo da URSS na Alemanha e depois embaixador na China (1953-59). (N. Ed.)

organizacional» a que chamou tectologia, pretendendo que as relações estruturais poderiam ser generalizadas como esquemas formais tal como acontece com as relações de magnitude em matemática.⁷ Tais pontos de vista distanciavam-se claramente das preposições do materialismo dialéctico, do materialismo histórico e da economia política marxista. Bogdánov exerceu uma influência extraordinária sobre os russos de esquerda, incluindo Lunatchárski, Bukhárine e Górkí. Os seus pontos de vista reflectiram-se nos escritos de Bukhárine sobre questões de economia política, materialismo histórico e questões de ciência e tecnologia.

Stáline notou que Iarochenko subestimava a importância das relações de produção e sobrestimava o papel das forças produtivas no desenvolvimento progressivo da sociedade e, desse modo, reduzia as relações de produção a uma parte componente das forças de produção. Iarochenko abolia virtualmente a economia política do socialismo ao ignorar questões centrais como o facto de continuarem a existir várias formas de propriedade, a circulação de bens e as categorias do valor em geral. A ciência da economia política era assim transformada numa organização racional sem classes das forças produtivas, o que era uma reminiscência de Bogdánov. Contrariando este marcado economismo, Stáline reiterou que na URSS persistiam contradições entre as relações de produção e as forças produtivas. Se as instâncias dirigentes aplicassem políticas erradas, eclodiriam inevitavelmente conflitos e em tais condições as relações de produção atrasariam o desenvolvimento das forças produtivas. Os pontos de vista de Iarochenko lembram as tentativas de Bukhárine de fechar os olhos à erupção de conflitos de classe no campo e o seu desejo de congelar as relações capitalistas então existentes na agricultura, desviando as atenções para a «*revolução técnica*». Bukhárine declarou abertamente nos anos 30 que «*a revolução do proletariado no nosso país entra na sua nova fase: a fase da revolução técnica*».⁸ Tais visões tornaram-se prevaletentes nos áridos anos que se seguiram a 1953. O socialismo já não significava, como para Lénine e Stáline, a abolição das classes e o avanço para o comunismo, mas a preservação dos kolkhozes como forma de propriedade, o desenvolvimento da ideologia do «*progresso técnico-científico*» à margem de uma perspectiva de classe e a introdução generalizada das relações monetário-mercantis. Os pontos de vista de Iarochenko eram inteiramente compatíveis com o estabelecimento de relações de mercado verificado após 1953. A direcção soviética negligenciou a questão da contenção ou extensão das relações socialistas de produção e demonstrou ser incapaz de manter os elevados níveis de desenvolvimento das forças produtivas característicos da época de Stáline. A experiência das políticas económicas seguidas depois de 1953 demonstra a justeza da conclusão de que a aplicação de políticas incorrectas conduziria a uma situação em que as relações de produção agiriam como travão das forças produtivas. Iarochenko viria a confirmar que não ignorava as implicações dos seus pontos de vista. Escrevendo em 1992, não se interessou em levantar as questões que a destruição da URSS tinha colocado à economia política marxista. Continuou a afirmar o primado do conhecimento das leis do desenvolvimento das forças produtivas sobre todas as questões sociais e reiterou a sua opinião de 1951 de que o objectivo central da discussão sobre o *Manual de Economia Política*, realizada nesse ano, deveria ter sido a questão do funcionamento racional e

⁷ *Enciclopédia Filosófica* (em russo), Volume I, Moscovo, 1960, p.177.

⁸ Bukhárine, N.I., *A Metodologia e Planificação da Ciência e da Técnica, Obras Escolhidas*, (em russo), Moscovo, 1989, p. 135.

organizacional da economia socialista. A novidade foi que se referiu à questão das relações de produção sob o socialismo, alegando que a organização científica da economia pressupunha a perfeição das relações de produção socialistas, que designou em jargão moderno como «*relações sociais-organizacionais*» e «*mecanismo económico*».⁹ Com esta lógica, Iarochenko defendeu abertamente a economia política do período da *perestroika*.

A questão da persistência de contradições sociais entre as relações de produção e as forças produtivas tinha ramificações mais extensas. Na *Ideologia Alemã*, Marx sustentou que a contradição entre as forças produtivas e as relações de produção estava na raiz dos confrontos de classe. A crítica a Iarochenko confirma claramente que, na sua última contribuição teórica, Stáline continuava a reconhecer a existência de contradições e da luta de classes na sociedade socialista. Como já vimos, a crítica a Iarochenko afirmava claramente que se fossem aplicadas políticas erradas emergiriam conflitos que travariam as forças produtivas. Ao mesmo tempo, Stáline considerava que nas condições do socialismo esta questão não chegaria ao ponto de gerar o conflito já que, normalmente, seria possível à sociedade tomar as medidas a tempo de superar o atraso das relações de produção e recolocá-las em conformidade com o carácter das forças produtivas. Isto era possível porque na sociedade socialista não havia classes obsoletas que pudessem organizar a resistência. Havia no entanto forças retrógradas e inertes que não compreendiam a necessidade de modificar as relações de produção. Stáline considerava que seria possível superar tais posições sem se chegar ao conflito. Este entendimento correspondia ao de Lénine, segundo o qual as contradições persistiriam sob o socialismo mas deixavam de ser antagónicas.

A discussão sobre a persistência de contradições sociais na sociedade soviética teve notórias implicações na filosofia soviética. Iúdice assinalou que muitos filósofos, incluindo ele próprio, ao afirmarem que existia uma total correspondência entre as relações de produção e as forças produtivas na União Soviética, estavam a negar a existência de contradições entre ambas. Em 1951, o filósofo Glezerman, na sua brochura, *A Correspondência Total das Relações de Produção com as Forças Produtivas na Sociedade Socialista*, chegou com ligeireza a esta conclusão sem sequer se dar ao trabalho de analisar as relações económicas, as forças produtivas ou as relações de produção na sociedade Soviética. Iúdice concluiu que a negação da existência de quaisquer contradições tinha conduzido a filosofia soviética à construção de esquemas metafísicos inertes.¹⁰

Em Maio de 1921, Lénine tinha sublinhado que o «*produto das fábricas soviéticas (...) não é uma mercadoria no sentido político-económico, (...) já não é uma mercadoria, deixa de ser uma mercadoria*».¹¹ No entanto, nos *Problemas Económicos* vemos que o economista Nótchine exprime a opinião de que os instrumentos de produção fabricados pelo sector socialista seriam na realidade mercadorias. Stáline rejeita esta interpretação declarando que os instrumentos de produção eram entregues

⁹ Iarochenko, L.D., «Testemunho do Tempo», in Igor Troianovskii (ed), *I. Stáline, Problemas Económicos do Socialismo na URSS* (em russo), Peredelkino, 1992, pp. 100-104.

¹⁰ Iúdice, P.F., *A Obra de Stáline Problemas Económicos do Socialismo na URSS – Base do Desenvolvimento Ulterior das Ciências Sociais*, (em russo), Moscovo, 1953, pp. 23-24.

¹¹ «Instruções do Conselho do Trabalho e da Defesa às Organizações Locais Soviéticas (projecto)», V.I. Lénine, *Obras Completas* (em russo), 5.^a edição, Moscovo, 1965, t. 43, p. 276. (N. Ed.)

às empresas, e não vendidos, que o Estado mantinha a propriedade dos instrumentos de produção e que estes eram utilizados pelas administrações das empresas enquanto representantes do Estado e em conformidade com os planos estatais. Em 1948, o presidente do *Gosplan*, N. A. Voznessénski, fez uma tentativa para acabar com o sistema de subsídios do Estado à indústria pesada e aos transportes, que se materializou na reforma dos preços grossistas de Janeiro de 1949. Voznessénski pretendia introduzir o princípio do lucro mínimo, cerca de três a cinco por cento do custo de produção, nos ramos produtivos, incluindo a indústria pesada e os transportes ferroviários, e desse modo lançar as bases para a transformação dos meios de produção em mercadorias.¹² Esta tentativa de colocar a lei do valor em acção nos meios de produção de base foi rapidamente travada. Voznessénski foi afastado do cargo, em 5 de Março de 1949, por iniciativa de Stáline.

Nos *Problemas Económicos*, Stáline afirma que a esfera da produção de mercadorias estava limitada e restringida na União Soviética: já não havia burguesia, mas apenas produtores socialistas associados no Estado, cooperativas e kolkhozes. A produção de mercadorias estava limitada aos bens de consumo pessoal. Por esta razão, Stáline negava que a produção de mercadorias na União Soviética pudesse levar ao restabelecimento de categorias da produção capitalista de mercadorias como «*a força de trabalho como mercadoria, a mais-valia, o capital, o lucro do capital, a taxa média de lucro*».¹³ Estas concepções eram prevalecentes entre uma parte dos economistas soviéticos, como mostra à evidência a crítica de Iúdice aos erros antimarxistas nas ciências sociais. Merzenov e Mikolenko defendiam a opinião de que a força de trabalho na União Soviética era uma mercadoria tal como na sociedade capitalista. A. Iákovlev alegava que a categoria de «*capital*» se aplicava às condições soviéticas. O reputado economista Atlas manifestou a opinião de que a taxa média de lucro existia na economia soviética.¹⁴

A viragem na política económica após a morte de Stáline

No período entre a morte de Stáline e o XX Congresso do PCUS teve lugar uma transformação fundamental da política económica. Os projectos de planos para lançar as fundações da sociedade comunista foram abandonados e substituídos por um programa consumista de bem-estar. A proposta de Stáline aprovada no XIX Congresso do PCUS de introduzir gradualmente a troca de produtos entre a cidade e o campo, em substituição da circulação de mercadorias, foi posta de lado logo em Maio de 1953 com a adopção de um programa de alargamento da circulação de mercadorias, sob o slogan da expansão do «*comércio soviético*». A esfera do *Gosplan* na economia soviética foi progressivamente restringida com o aumento das competências económicas do Conselho de Ministros da URSS, em Abril de 1953, e com o aumento dos poderes dos directores das empresas e dos ministérios das repúblicas federadas em 1955. O sistema centralizado de plano director, norma herdada do período de Stáline, foi suprimido em

¹² Trifonov, D.K., *História da Economia Política do Socialismo, Ensaio*, Leningrado, 1972, p. 201.

¹³ I. V. Stáline, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, www.his-socialismo.net, pág. 10. (N. Ed.)

¹⁴ Iúdice, *op. cit.*, p.23.

1955 e substituído por um novo sistema de «*plano coordenado*» entre o *Gosplan* e os ministérios do conjunto das repúblicas soviéticas.

Nos dois anos que se seguiram ao XX Congresso do PCUS assistiu-se a outras mudanças radicais na forma de dirigir a economia soviética. A Resolução n.º 555 do Conselho de Ministros de URSS, de 22 de Maio de 1957, pôs fim ao sistema de alocação dos produtos do sector estatal e criou uma multiplicidade de organizações centralizadas de vendas, sob a tutela do *Gosplan*, para escoar os produtos industriais manufacturados da indústria soviética. O afastamento de Mólotov, Kaganóvitch e Sabúrov¹⁵ da direcção do PCUS teve um impacto imediato na política económica. A transformação dos meios de produção em mercadorias foi oficializada pela Resolução n.º 1150 do Conselho de Ministros da URSS, de 22 de Setembro de 1957, segundo a qual as empresas passariam a funcionar na base rentabilidade.

A terceira edição do *Manual de Economia Política*, publicada em 1958, reflectiu fielmente o novo sistema económico, estipulando que os meios de produção circulavam no sector do Estado como mercadorias.¹⁶

Na sua resposta às cartas de A.V. Sanina e V.G. Venjer, Stáline opôs-se à opinião de que as Estações de Máquinas e Tractores (*MTS*), que possuíam os instrumentos de produção de base da agricultura, deviam ser vendidas aos kolkhozes, o que, entre outros, colocaria uma enorme quantidade de instrumentos de produção na órbita da produção mercantil. Sanina e Venjer não eram economistas isolados, que apenas expressavam a sua opinião. Um ano antes A. Páltsev, na sua brochura, *Na Via da Transição do Socialismo*,¹⁷ defendeu que, com o aumento das maquinaria agrícola das *MTS* e a fusão dos pequenos kolkhozes, poderiam criar-se departamentos de *MTS* sob a tutela dos kolkhozes, estreitamente ligados ao trabalho de cada kolkhoz.¹⁸ Com esta proposta, Páltsev sugeria na prática que a propriedade de todo o povo, a propriedade estatal, deveria ser subordinada à propriedade grupal dos kolkhozes. A condição preliminar para dissolver as *MTS* era a supressão do sistema de alocação dos principais instrumentos de produção à agricultura. Através da directiva n.º 663, de Julho de 1957, o *Gosplan* acabou com o sistema de alocação de maquinaria agrícola, herdado da época de Stáline, e criou, sob a sua jurisdição, a organização *Glavavtotraktorsbita*,¹⁹ que tinha como função vender a maquinaria necessária ao sector agrícola. Em 1958, embora demarcando-se pessoalmente da proposta antes avançada por Venjer, Khruchov concretizou a política de dissolução das *MTS* e de venda dos instrumentos de produção agrícola aos kolkhozes. Em resultado, os meios de produção na agricultura bem como na indústria passaram a circular como mercadorias. O publicista soviético Vinnichenko, que era próximo de Venjer e de Khruchov, difundiu a ideia de que a

¹⁵ **Sabúrov**, Maksíme Zakhárovitch (1900-1977), membro do partido desde 1920, do CC (1952-1961), do *Presidium (Politburo)* (1952-57). Após a Guerra Civil trabalhou nos sindicatos e na juventude comunista e desempenhou funções no partido em Donbass (1926-28). A partir de 1933 exerce a profissão de engenheiro mecânico. Em 1938 entra para o *Gosplan* da URSS, do qual se torna presidente entre 1953 e 1955. Entre Março e Junho de 1953 é ministro da Metalomecânica, primeiro vice-presidente do Conselho de Ministros (1955-57), entre outros cargos. Em 1958 é transferido para funções de administração económica até à aposentação em 1967. (*N. Ed.*)

¹⁶ Ostrovitianov, K.V., *Manual de Economia Política*, 3.ª edição, Moscovo, 1958, p. 505.

¹⁷ Kiev, 1950.

¹⁸ Iúdíne, *op. cit.* pp. 31-32.

¹⁹ Acrónimo russo de Direcção Principal de Escoamento de Tractores. (*N. Ed.*)

«desconfiança» do campesinato tinha a sua raiz na oposição de Stáline à propriedade dos instrumentos de produção pelos kolkhozes. Tal não corresponde à verdade. Stáline limitou-se a defender a posição marxista de Engels que, numa carta a Bebel, em Janeiro de 1886, afirmou inequivocamente que os meios de produção na agricultura deviam ser propriedade da sociedade no seu conjunto, de modo a que os interesses particulares dos camponeses das cooperativas não prevalecessem sobre o interesse geral da sociedade.²⁰

Além disso, tanto Engels como Stáline consideravam que os camponeses ricos não deviam ser membros dos kolkhozes. É compreensível que nas democracias populares, onde os kulaques (e mesmo uma parte dos latifundiários) eram membros de cooperativas de produção agrícola e onde os principais instrumentos de produção agrícolas eram propriedade dessas cooperativas, a crítica de Stáline a Sanina e Venjer tenha sido recebida com frieza

A lei do valor no socialismo e a marcha para o comunismo

Somando-se aos escritos de Iúdice, Súslov²¹ publicou um artigo no jornal *Izvéstia*, de 25 de Dezembro de 1952, em que analisa as implicações dos pontos de vista de N.A. Voznessénski expressos na sua brochura, *A Economia de Guerra da URSS Durante a Guerra Patriótica*, publicada em 1947. O principal argumento contra Voznessénski era o facto de ter transformado em fetiche a lei do valor, ao apresentá-la como se regulasse a distribuição do trabalho nos diferentes ramos da economia soviética.

E não há dúvida de que o tinha feito uma vez que encontramos naquele trabalho a seguinte passagem: «*A lei do valor actua não apenas na distribuição dos produtos, mas também na distribuição do próprio trabalho entre os vários ramos da economia nacional da União Soviética. Neste âmbito, o plano estatal utiliza a lei do valor para assegurar uma repartição correcta do trabalho social entre os vários ramos da economia no interesse do socialismo*».²²

O que é que estava em causa? A aplicação da lei do valor na sociedade soviética tinha na verdade muitas implicações na perspectiva da teoria económica marxista. Marx e Engels consideravam que a lei do valor apenas actuava nas sociedades em que a

²⁰ «Engels a A. Bebel em Berlim, 20-23 de Janeiro de 1889», in K. Marx e F. Engels, *Obras Completas* (em russo), 2.^a edição, t. 36, Moscovo, 1964, p. 361. (N. Ed.)

²¹ **Súslov**, Mikhail Andréievitch (1902-1982), membro do partido desde 1921, do CC desde 1941, do *Politburo/Presidium* (1952-53 e a partir de 1955). Formado em economia (1928), torna-se professor da Universidade de Moscovo (1929) e trabalha no aparelho da Inspeção Operária e Camponesa (1931-39) e na Comissão de Controlo Soviético (1934-38). Em 1937 exerce cargos de direcção política no Comité Regional do Partido de Rostov. Entre 1939-44 torna-se primeiro secretário do Partido do Comité Distrital (*Krai*) de Ordjonikídze (Stravopol), é secretário do *Bureau* do CC para a República Socialista Soviética da Lituânia (1944-1946), trabalhando depois no aparelho do CC, de que se torna secretário em 1947. Entre 1949 e 1951 acumula as funções de chefe de redacção do *Pravda*. Influente sob a direcção de Khruchov, torna-se responsável da secção de Agitação e Propaganda do CC sob Bréjnev, funções que mantém até quase ao fim da sua vida. Em 1969 opôs-se ao projecto de «reabilitação» de I.V. Stáline, que só se realiza parcialmente.

²² N.A. Voznessénski, *A Economia de Guerra da URSS Durante a Guerra Patriótica*, Moscovo, 1948, p 118.

produção mercantil estava presente. «O valor económico é uma categoria própria da produção mercantil e desaparecerá com ela, tal como não existia antes dela».²³ A tese de que o valor regulava a alocação de trabalho na economia levava à única conclusão lógica de que o sistema de produção de mercadorias generalizado, isto é o capitalismo, prevalecia na União Soviética. Voznessénski levantava assim questões fundamentais sobre a verdadeira natureza da sociedade socialista.

Para Marx e Engels a lei do valor actua numa sociedade em que existe a produção mercantil: «A ideia de valor é a expressão mais geral e, por consequência, mais compreensiva das condições económicas da produção mercantil».²⁴ Uma sociedade de produção mercantil é composta por «produtores privados», onde as mercadorias são «produzidas por esses produtores privados, por conta própria, e são trocadas umas pelas outras».²⁵ Logicamente, numa sociedade em que a produção de mercadorias cessa – «ao apoderar-se socialmente dos meios de produção, cessa a produção de mercadorias e, com ela, o domínio do produto sobre o produtor. A anarquia no seio da produção social é substituída por uma organização consciente e sistemática»²⁶ – a lei do valor torna-se então redundante. Isto é também o que decorre do argumento avançado por Marx na carta a Kugelmann, de Julho de 1868, onde afirma:

*«Esta necessidade de repartição do trabalho social em proporções determinadas não pode de modo nenhum ser suprimida por uma forma determinada da produção social mas apenas pode alterar o seu modo de aparecimento. Leis da natureza não podem de modo nenhum ser suprimidas. Aquilo que em situações historicamente diversas se pode alterar é apenas a forma pela qual essas leis se impõem. E a forma pela qual essa repartição proporcional do trabalho se impõe, numa situação social em que a conexão do trabalho social se faz valer como troca privada de produtos do trabalho individual, é precisamente o valor de troca desses produtos.»*²⁷

Numa sociedade em que a interconexão do trabalho social se efectua na ausência do sistema de mercadorias, isto é, sem produtores privados, a alocação do trabalho social terá lugar sem a intervenção da lei do valor. Isto é confirmado por Engels quando argumenta que sob o socialismo:

«Sem dúvida, a sociedade terá necessidade de saber quanto trabalho precisa para produzir qualquer objecto de uso, terá de organizar o plano da produção em função dos instrumentos de produção, à frente dos quais figura a força de trabalho. Em última análise serão os efeitos úteis dos diversos objectos de uso – comparados primeiro entre si e, depois, em relação à quantidade de trabalho necessário para fabricá-los – os que determinam o plano de produção. O assunto resolve-se simplesmente sem que, em nada, intervenha o famoso “valor”».²⁸

²³ Engels a Kautski em Zurique, 20 de Setembro de 1884», K. Marx e F. Engels, *Obras Completas* (em russo), 2.ª edição, t. 36, Moscovo, 1964, p. 181. (N. Ed.)

²⁴ Friederich Engels, *Anti-Dühring*, Fernando Ribeiro de Mello/ Edições Afrodite, Lisboa, 1974, 2.ª edição, p. 380. (N. Ed.)

²⁵ Idem, ibidem, p. 248. (N. Ed.)

²⁶ Idem, ibidem, p. 347. (N. Ed.)

²⁷ «Marx a Ludwig Kugelmann, em Hannover, Londres, 11 de Julho de 1868», K. Marx F. Engels, *Obras Escolhidas* em três tomos, ed. Avante, Lisboa – ed. Progresso, Moscovo, 1983, t. II, p. 455. (N. Ed.)

²⁸ Engels, *Anti-Dühring*, ed. cit., pp. 379-380. (N. Ed.)

Isto é ainda corroborado por Marx no seu último trabalho aprofundado sobre economia política, «*Observações sobre o Livro de Adolph Wagner, Manual de Economia Política*», de 1879-80, onde rejeita a ideia, que Wagner lhe atribuiu, de que o valor continuará a actuar na sociedade socialista. Marx refuta a afirmação de Wagner de que até no «*estado social marxista*» a sua (de Marx) teoria do valor, que se refere às relações burguesas, determinaria o valor.²⁹

Marx e Engels excluíram claramente a acção da lei do valor na sociedade socialista. No entanto, admitiram que na sociedade socialista de transição, o valor seria mantido enquanto o pequeno campesinato existisse como classe. Engels referiu-se a estas condições no seu artigo de 1884, «A Questão Camponesa em França e na Alemanha»:

«(...) Quando estivermos de posse do poder do Estado, não poderemos pensar em expropriar pela força os pequenos camponeses (tanto faz que com ou sem indemnização), como seremos obrigados a fazer com os grandes possuidores fundiários. A nossa tarefa face ao pequeno camponês consiste, antes de mais, em fazer transitar a sua exploração privada e a sua posse privada para uma [exploração e posse] cooperativas, não pela força, mas através do exemplo e da oferta de ajuda social para esse objectivo.»³⁰

Na URSS, mesmo depois da colectivização e do estabelecimento da propriedade grupal, a produção privada continuava a existir numa forma restrita. O *Gosplan* pôde suprimir a acção da lei do valor na esfera da indústria do Estado, nos sovkhozes e nas *MTS*, regulando a distribuição do trabalho segundo um plano definido, mas isso não era possível nos *kolkhozes*, onde apesar de estarem sob o controlo do plano director a área de sementeira, a produção, a utilização dos tractores, o número de cabeças de gado pertencentes ao Estado, a produção bruta da agricultura e o volume de pagamentos obrigatórios e de pagamentos em géneros às *MTS*, o Estado não podia planificar a utilização dos excedentes de produção de mercadorias nem a utilização da força de trabalho por períodos determinados em determinadas tarefas.³¹

Voznessénski não manteve as posições do marxismo ao defender que a lei do valor se aplicava na distribuição do trabalho entre os vários ramos da economia soviética, isto é, tanto nos sectores industrial como agrícola. Ao propagandear esse ponto de vista, Voznessénski colocou-se à margem do consenso geral dos economistas soviéticos. Num editorial de 1943, intitulado «*Algumas questões do ensino da Economia Política*», afirmava-se que «*a alocação de fundos e de força de trabalho a cada um dos ramos de produção efectua-se de forma planificada, em conformidade com as tarefas básicas da construção do socialismo*».³² No mesmo sentido, no ano seguinte, o decano da economia política soviética, K.V. Ostrovitianov, salientou que na economia socialista «*a distribuição do trabalho e dos meios de produção entre os vários ramos da economia nacional ocorre não na base de fortuitas oscilações de preços e da busca de lucros, mas na base de uma direcção planificada da utilização*

²⁹ K. Marx, «*Observações sobre o Livro de Adolph Wagner, Manual de Economia Política, (2.ª edição) tomo I (1879)*» K. Marx e F. Engels, *Obras Completas* (em russo), 2.ª edição, t. 19, Moscovo, 1961, p. 375. (N. Ed.)

³⁰ F. Engels, «A Questão Camponesa em França e na Alemanha» (1884) K. Marx F. Engels, *Obras Escolhidas em três tomos*, ed. Avante, Lisboa, ed. Progresso, Moscovo, 1985, t. III, pp. 526-527. (N. Ed.)

³¹ Smolin, N., «Sobre os embriões da troca de produtos» (em russo), *Voprosi Ekonomiki*, N.º 1, 1953, pp. 33-45.

³² *Pod Znamenem Markzisma*, n.º 7-8, 1943.

da lei do valor».³³ O valor «*não dirige a distribuição do trabalho social*», mas desempenha «*um papel de instrumento auxiliar da planificação da distribuição do trabalho e dos meios de produção entre os ramos da economia soviética*».

O valor não comanda o desenvolvimento da produção de meios de produção, pelo razão de que, caso não fosse limitada a sua acção, não seria possível alocar os fundos necessários a este sector. Porém, na sua discussão sobre a determinação das proporções adequadas entre a produção de meios de produção e a produção de bens de consumo com vista a uma reprodução numa escala alargada, Voznessénski exprime-se de tal forma que evita referir-se à primazia da produção de meios de produção (Sector I) em relação à produção de bens de consumo (Sector II), necessária para assegurar a expansão contínua da economia nacional, remetendo o assunto para o capítulo do seu trabalho dedicado à economia do pós-guerra:

*«Se dividirmos a produção socialista na URSS em Sector I, produção de meios de produção, e Sector II, produção de bens de consumo, o valor dos meios de produção destinado pelo Estado soviético ao Sector II deve, obviamente, na medida definida pelo plano, corresponder ao valor dos bens de consumo destinados às empresas do Sector I. Com efeito, se as empresas do Sector I forem privadas de bens de consumo e as empresas do Sector II de meios de produção, a reprodução socialista numa escala alargada será impossível, na medida em que os trabalhadores das empresas que produzem meios de produção seriam privados de bens de consumo enquanto as empresas que produzem bens de consumo seriam privadas de meios de produção, isto é, combustíveis, matérias primas e equipamentos».*³⁴

Em contrapartida, Ostrovitianov reconheceu que o valor funcionava apenas ao nível auxiliar na planificação da distribuição de meios de produção.³⁵ Mais categoricamente, o autor do editorial de 1943 afirmava, dando como exemplo a Fábrica Kírov, em Makeievka, e os complexos de Magnitogorsk e de Kuznetsk, que o valor não regia o desenvolvimento da indústria metalúrgica soviética, a qual funcionava desde há muitos anos com base nos fundos do orçamento do Estado, sem proporcionar qualquer lucro.³⁶

A crítica de Súslov ao pequeno livro de Vosnessénski acertara em cheio. Mas Voznessénski não era um mero teórico, uma vez que enquanto presidente do *Gosplan*, sob a dependência do Conselho de Ministros da União Soviética, estava numa posição que lhe permitia aplicar a política de alargamento da esfera de acção das relações monetário-mercantis na União Soviética em 1948-49. O exame do «Processo de Leningrado», realizado durante o período de Gorbatchov, revelou que M.T. Pomaznev,³⁷ que era vice-presidente do Comité Estatal de Abastecimentos da URSS, se

³³ Ostrovitianov, K.V., «Sobre os fundamentos do desenvolvimento regular da economia socialista», *Bolchevik*, n.º 23-24, 1944, pp. 50-59.

³⁴ Voznesensky, N., *op. cit.*

³⁵ Ostrovityanov, K.V., *op. cit.*

³⁶ *Pod Znamenem Marksizma*, *op. cit.*

³⁷ **Pomaznev**, Mikhail Trofímovitch (1911-1987), economista na área da planificação industrial, membro do partido desde 1931, candidato do CC (1952-56), trabalhou no Gosplan (1934-35 e 1935-36), no conselho económico adstrito ao Conselho de Ministros da URSS (1938-41), ocupando cargos de direcção em vários organismos responsáveis pelo abastecimento, designadamente como primeiro presidente adjunto do Comité para o Abastecimento técnico e material da URSS (*Gossnab*) (1948-49). Exerceu ainda funções no Conselho de Ministros da

havia queixado de o *Gosplan*, sob a direcção de Voznessénski, ter reduzido o plano de produção industrial nacional para o primeiro trimestre de 1949. Mais tarde, Chkiriátov,³⁸ da Comissão de Controlo do Partido, reiterou a acusação e o Conselho de Ministros tomou nota de que Voznessénski tinha fracassado na aplicação das directivas do plano aprovadas pelo governo.³⁹ A acusação da redução do plano de produção industrial é inteiramente consistente com a subida dos preços de venda dos produtos da indústria pesada, em 1949, e a tentativa de introduzir a rentabilidade na produção de meios de produção e colocá-los na esfera das relações monetário-mercantis. O afastamento de Voznessénski do *Gosplan*, em 5 de Março de 1949, marcou o início da revogação das suas políticas económicas em várias etapas até que os preços de venda acabaram por ser reduzidos em 30 por cento em relação ao nível de 1949. Voznessénski tornou-se um herói para aqueles que desejavam alterar a economia soviética na linha da economia de mercado. Pouco depois da morte de Stáline, Voznessénski foi reabilitado.

O artigo de Súslov de 1952 levantou uma outra questão relacionada com o valor. Criticava a ideia desde há muito prevalecente entre os economistas soviéticos de que, sob o socialismo, o valor tinha sido «transformado» ou «modificado» de modo a servir o socialismo. Nos *Problemas Económicos*, Stáline rejeitou a opinião de que isso pudesse ocorrer nas condições da economia socialista planificada, já que, se o valor pudesse ser «transformado», então as leis económicas poderiam ser anuladas e substituídas por outras leis. A esfera de acção de uma lei económica podia ser restringida, mas não podia ser «transformada» ou «eliminada».⁴⁰ A noção subjectivista da «transformação» das categorias do valor sob o socialismo tinha impregnado a economia política soviética. Voznessénski ilustrou esta tendência ao afirmar:

«A mercadoria na sociedade socialista está livre do conflito entre o seu valor e o seu valor de uso, tão característico da mercadoria na sociedade capitalista».⁴¹ Seria possível que sob o socialismo a mercadoria se viesse a libertar do conflito entre o valor de uso e o valor de troca? Na URSS, o valor persistia devido à existência de dois tipos diferentes de propriedade. Se a propriedade grupal, representada principalmente pelos kolkhozes, fosse elevada a propriedade do Estado, então a base para a acção do que restava do valor cessaria de existir. Mas é a mercadoria em si que Marx considerava como a «célula» primordial ou o «embrião» do capitalismo. Ela não podia ser «modificada» ou «transformada», apenas o seu âmbito podia ser limitado e restringido.

A interpretação que Stáline fez desta questão correspondia à posição marxista de Engels, que, em Setembro de 1884, quando Kautski preparava um artigo sobre as

URSS (1949-53), sendo transferido para a região de Riazan para presidir à respectiva comissão de planeamento (1953-65). (N. Ed.)

³⁸ **Chkiriátov**, Matvei Fiódorovitch (1853-1954), membro do partido desde 1906, do CC desde 1939, do *presidium* do CC (1952-1953). Membro da Comissão Central de Controlo do PCU(b) (1923-34), do órgão colegial do Commissariado da Inspecção Operária-Camponesa (1930-34) e vice-presidente (a partir de 1939) e presidente (a partir de 1952) da Comissão de Controlo do Partido.

³⁹ *Izvéstia Ts.K. KPSS*, N.º 2, 1989, p. 130.

⁴⁰ I. V. Stáline, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, www.his-socialismo.net, pág. 5. (N. Ed.)

⁴¹ N. Voznessénski, *op. cit.*, p. 97.

teorias económicas de Rodbertus, professor e economista socialista alemão, lhe escreveu uma carta nos seguintes termos:

«Tu fazes algo parecido [com Rodbertus] com o valor. O valor actual – é o valor da produção mercantil, mas com a supressão da produção mercantil “modifica-se” também o valor, ou seja, o valor em si permanece, altera-se apenas a forma. De facto, o valor económico é uma categoria própria da produção mercantil e desaparece com ela, tal como não existia antes dela. A relação do trabalho com o produto não se exprime na forma de valor nem antes da produção mercantil nem depois dela.»⁴²

Para Engels, o valor «modificado» representava a entrada em acção disfarçada da lei do valor, o que era inadmissível numa sociedade socialista. Nos escritos de Kautski tal não passava de um passo em falso isolado, mas Stáline estava confrontado com uma situação em que virtualmente a totalidade dos economistas na URSS endossavam este erro.

A noção de valor «transformado» parece ter surgido como uma expressão da dupla necessidade de criticar a ideia segundo a qual o valor podia ser arbitrariamente eliminado na União Soviética, num momento em que a existência dos kolkhozes impunha a manutenção das relações monetário-mercantis, e de, concomitantemente, expor o facto de que, nas condições da economia socialista planificada, a acção do valor tinha um papel auxiliar e restringido. Não obstante a concepção de valor «modificado» tinha no sentido marxista um claro conteúdo ideológico, razão pela qual Stáline considerou que esta fórmula, apesar de há muito ser corrente na União Soviética, deveria ser abandonada em nome do rigor. A noção de valor «transformado» criava um problema similar porque mantinha a ideia de que o valor podia ser arbitrariamente criado ou abolido e porque podia tornar-se facilmente numa alavanca teórica para justificar o alargamento, em vez da contracção, das relações monetário-mercantis, como visivelmente tinha acontecido com Voznessénski.

Com a rápida expansão das relações monetário-mercantis na União Soviética, após 1953, era talvez inevitável que a mercadoria «transformada» regressasse. *O Manual de Economia Política* de 1954 afirmava que na economia socialista não havia contradição entre trabalho privado e trabalho social.⁴³ Um tal raciocínio colocava muitos problemas. Sugeria que numa sociedade onde ainda é necessário utilizar a produção mercantil de forma restrita, se podia afirmar que o trabalho social existia na sua forma plena, apesar do facto de a classe operária continuar a receber um salário com o qual comprava bens de consumo. Além disso, tendia a pressupor que a contradição entre trabalho concreto e trabalho abstracto, a qual segundo Marx só podia desaparecer na sociedade comunista, já tinha sido superada. Também dava a entender que o trabalho privado não precisava de ser suprimido, elevando a força de trabalho do campesinato dos kolkhozes ao nível do trabalho social da classe operária, que naquela fase histórica controlava a propriedade de todo o povo, apesar de o campesinato dos kolkhozes não estar inteiramente na esfera da planificação socialista, durante períodos definidos e com tarefas definidas, e conservar as características do trabalho privado, uma vez que aqui a relação entre o trabalho e o produto se exprimia inteiramente na forma de valor.

A edição de 1954 do *Manual de Economia Política* fez recuar a economia política soviética para concepção de Voznessénski de mercadorias livres de qualquer

⁴² Engels a Kautski, *op. cit.*, ver nota 23. (N. Ed.)

⁴³ Ostrovitianov, K.V., *Manual de Economia Política*, 1.^a edição, Moscovo, 1954, p.442.

contradição e rejeitou a posição de Stáline nos *Problemas Económicos* de que a contradição social entre as relações de produção e as forças de produção continuava a existir na União Soviética.

Nos anos posteriores a 1953, o PCUS deixou de se considerar como o partido de vanguarda da classe operária, na tradição leninista, passando a partido de todo o povo. O Estado da ditadura do proletariado, que segundo Marx devia perdurar até ao estabelecimento do comunismo, foi substituído pelo Estado de todo o povo. Antes das reformas económicas realizadas entre 1953 e 1958 era possível afirmar que a produção de mercadorias na União Soviética era de um tipo especial:

«(...) uma produção mercantil sem capitalistas, composta no fundamental por mercadorias dos produtores socialistas associados (Estado, kolkhozes e outras organizações cooperativas). A sua esfera de acção está limitada aos artigos de consumo pessoal, não podendo, evidentemente, de forma alguma transformar-se numa produção capitalista, estando pelo contrário destinada a servir, com sua “economia monetária”, a causa do desenvolvimento e consolidação da produção socialista.»⁴⁴

Mas após as reformas de mercado realizadas entre 1953 e 1958, quando os meios de produção começaram a circular como mercadorias, a situação alterou-se qualitativamente. As formas de produção de mercadorias que existiam no socialismo eram de um tipo especial como Stáline assinalou. Mas após as reformas, as restrições impostas à produção de mercadorias foram levantadas e as formas de mercadorias começaram a constituir formas de relações económicas de um outro tipo. Marx, n' *O Capital*, concluiu que a mercadoria, célula base do capitalismo, continha nela própria o embrião tanto do trabalho assalariado como do capital. A lógica da rápida expansão da produção de mercadorias significava que categorias económicas como força de trabalho, mais-valia, lucro capitalista e taxa média de lucro voltariam a ressurgir. É neste contexto deve ser avaliado o programa para alcançar a sociedade comunista, proposto por Khruchov em 1961. Em vez de, na marcha para o comunismo, restringir a esfera de acção da produção mercantil e a circulação de mercadorias, o PCUS decidiu alargá-las. O programa abandonou o objectivo da abolição das classes no socialismo e absteve-se de reestruturar as relações de produção na sociedade soviética. A orientação proposta por Stáline de elevar a propriedade grupal dos kolkhozes ao nível da propriedade de todo o povo foi abandonada. Em vez dela, sob Khruchov, foi adoptada a noção de uma fusão futura da propriedade kolkhoziana e da propriedade estatal.

⁴⁴ I. V. Stáline, *Problemas Económicos do Socialismo na URSS*, www.his-socialismo.net, p. 10. (N. Ed.)